

David Hume e o ceticismo sobre o ceticismo

Diogo Bogéa¹

Resumo: Nosso objetivo neste trabalho é explorar o ceticismo que se manifesta na obra de David Hume. Não pretendemos descrever os tão famosos argumentos céticos formulados e desenvolvidos por Hume em sua teoria do conhecimento, mas tentar chamar a atenção para aquilo que consideramos ser um passo adiante destes mesmos argumentos, empreendido na própria obra de Hume e por dentro do próprio ceticismo. Pretendemos demonstrar que Hume, chegando a um ponto de ceticismo radical em sua filosofia, não apela nem para uma saída fideísta religiosa – à maneira dos céticos cristãos do século XVII –, nem para uma saída racionalista – à maneira de Descartes –, nem mesmo faz do próprio ceticismo um fundamento para a vida – como os céticos antigos faziam. Com grande sensibilidade e lucidez, o ceticismo de Hume dobra-se sobre si mesmo, afirmando-se uma vez mais no que parece se contradizer.

Palavras chave: Hume, ceticismo, modernidade, fideísmo, naturalismo

Abstract: Our aim in this paper is to explore the skepticism that appears in David Hume's work. We don't intend to describe the already very famous skeptical arguments formulated and developed by Hume in his theory of knowledge, but try to call attention to what we consider to be one step ahead this very arguments, undertaken inside Hume's own work and from within skepticism itself. We intend to show that Hume, getting to a radical skepticism point in his philosophy, doesn't appeal neither to a religious fideistic solution – like the the christian skeptics from the XVIIth century –, nor to a rationalistic solution – like Descartes did. He doesn't even takes skepticism itself as a foundation for life – like the antique skeptics used to do. With great sensibility and lucidness, Hume's skepticism turns over itself, confirming itself once again while seems to be contradicting itself.

Keywords: Hume, skepticism, modernity, fideism, naturalism

A retomada do ceticismo antigo na modernidade é um evento que merece nossa atenção, não somente pelo interesse que desperta do ponto de vista da história das idéias – Como e por que uma corrente filosófica adormecida por quase mil anos retorna à ativa? Quais são as peculiaridades do seu desenvolvimento na modernidade? – mas também por ter exercido – e continuar exercendo – uma inegável influência no pensamento ocidental desde então. Podemos notar que os grandes pensadores da modernidade não puderam passar indiferentes às questões levantadas pelo ceticismo, ora valendo-se delas para construírem eles mesmos uma filosofia cética, ora empregando seus esforços intelectuais para respondê-las e superá-las. É o que sem muito esforço percebemos na obra de Montaigne, Descartes, Hume, Kant, Nietzsche, apenas para citar alguns nomes comprovadamente influentes até nossos dias.

¹ Graduado em História pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro-FFP, Brasil (2009). Mestrando em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.



Como “não há *um* ceticismo, mas várias concepções diferentes de ceticismo” (Marcondes, s/d, p. 1), mesmo na antiguidade, quanto mais na retomada moderna, com suas múltiplas traduções, leituras, interpretações e apropriações, nossa intenção aqui é explorar o ceticismo que se manifesta na obra de David Hume. Não pretendemos descrever os tão famosos argumentos cétricos formulados e desenvolvidos por Hume em sua teoria do conhecimento, mas tentar chamar a atenção para aquilo que consideramos ser um passo adiante destes mesmos argumentos, empreendido na própria obra de Hume e por dentro do próprio ceticismo. Pretendemos demonstrar que Hume, chegando a um ponto de ceticismo radical em sua filosofia, não apela nem para uma saída fideísta religiosa – à maneira dos cétricos cristãos do século XVII –, nem para uma saída racionalista – à maneira de Descartes –, nem mesmo faz do próprio ceticismo um fundamento para a vida – como os cétricos antigos faziam. Com grande sensibilidade e lucidez, o ceticismo de Hume dobra-se sobre si mesmo, afirmando-se uma vez mais no que parece se contradizer. Veremos a seguir de que maneira este processo se dá.

Embora hoje o termo “cétrico” seja correntemente empregado como sinônimo de “descrente”, alguém que rejeita quaisquer ideologias políticas ou religiosas, ou mesmo simplesmente “ateu”, nos séculos XVI e XVII, o ceticismo foi amplamente utilizado por filósofos católicos para legitimar a religião cristã, bem como para afirmar a superioridade do catolicismo frente às novas correntes protestantes – urgências de um tempo sob os efeitos do Renascimento, dos avanços científicos, do contato com um Novo Mundo e da Reforma religiosa. Montaigne, por exemplo, em seu ensaio “Apologia de Raimond Sebond”, recuperando argumentos de Sexto Empírico e Cícero, constrói o mais importante texto cétrico da época, tendo influenciado consideravelmente as gerações posteriores. Pondo em dúvida a capacidade do intelecto humano alcançar qualquer conhecimento verdadeiro, apontou a fé e a revelação como as únicas fontes seguras da verdade, sendo que, esta revelação poderia ou não acontecer, e não deveria levar à defesa de uma ou outra interpretação da doutrina cristã, visto que isso seria já uma decisão racional e, portanto, sujeita ao erro. “É nossa fé cristã, e não a virtude estóica dos filósofos” (Montaigne, 1972, p. 283) que pode promover a elevação da humanidade.

O padre Charron, discípulo de Montaigne, desenvolveu o método da dúvida sistemática aplicada a todo o conhecimento humano, procurando provar que somente por meio da Revelação – neste caso uma Revelação de base católica e que sobreviria necessariamente – pode o homem encontrar a verdade. “Aplicando o ‘método’ da inquirição sistemática e da dúvida, o homem se apresenta límpido, despido e preparado diante de Deus,

pronto para receber a Revelação” (Popkin, 1996, p. 12). É interessante notar que, até aqui, o ceticismo se aplicava a todo tipo de doutrina filosófica, científica e teológica, a quaisquer teorias e formulações racionais, mas não colocava em questão a veracidade do cristianismo em si. Isso somente começa a mudar a partir da crítica bíblica de La Peyrère, embora ele pretendesse justamente conciliar a tradição judaico-cristã com a ciência e a filosofia da época. La Peyrère, através de um exaustivo trabalho de erudição, empreende uma análise do texto bíblico, comparando-o com outros textos de outras tradições antigas e chega à conclusão de que a bíblia deveria referir-se não a toda a humanidade, mas somente a um determinado período da história dos judeus e que houve muitas pessoas antes de Adão na face da Terra (os pré-adamitas).

“La Peyrère não estava apenas criando um conflito entre os dados bíblicos, os dados pagãos e os dos exploradores. Estava oferecendo uma teoria, uma teologia, que englobaria todos esses dados. Sua teoria continha, porém, as sementes da destruição do mundo judaico-cristão”. (Popkin, 1996, p. 81)

Daí em diante as dúvidas sobre a veracidade do texto bíblico – se era original, se teria sido revelado, se continha alguma verdade – se alastram e isso possibilita, por exemplo, a Spinoza, estender as dúvidas céticas ao cristianismo em si, desenvolvendo em sua obra “um mundo destituído da Providência Divina e de finalidade (*purpose*), no qual não podiam ocorrer eventos sobrenaturais, já que Deus e a Natureza eram uma coisa só” (Popkin, 1996, p. 6).

O método da dúvida sistemática de Charron exerceu grande influência sobre Descartes, que o adotou e o desenvolveu à sua maneira nas *Meditações*, mas com uma finalidade diferente: encontrar no próprio intelecto uma verdade absoluta. A saída de Descartes para o impasse cético ao qual se lançou, é o argumento do cogito: se posso duvidar de tudo, não posso duvidar de que ao menos eu, que duvido, existo. “Eu sou, eu existo; isto é certo” (Descartes, 2000, p. 261). Além disso, deve existir um Deus, que, sendo perfeito, garante a validade do conhecimento claro e distinto que consigo alcançar.

Quero destacar aqui, que, diante de um ponto de ceticismo radical, os filósofos cristãos dos séculos XVI e XVII haviam formulado uma saída fideísta, com a suposição de uma Revelação divina para além de suas incertezas, uma vez que o cristianismo em si mesmo, não era ainda colocado sob questionamento. Descartes recorre a uma saída racionalista: encontra em seu próprio intelecto – o que para um universalista como Descartes

significa dizer no intelecto humano –, para além de qualquer dúvida, um “eu” real que pensa e um Deus verdadeiro que garante a validade de seus pensamentos. Existe ainda uma terceira posição que gostaria de citar: a dos próprios céticos antigos.

Diante de um impasse (*aporia*) produzido por um conflito de posições (*diaphonia*) (o termo “dúvida” é especificamente moderno e corresponderia talvez a uma mistura de *diafonia* e *époche*), e da ausência de critérios válidos para superá-los, o cético suspende o juízo (*époche*) sobre o assunto, não afirmando nem negando, não tomando nem uma posição nem outra. Esta suspensão o conduziria à tranquilidade (*ataraxia*), que por sua vez, levaria à felicidade (*eudaimonia*). O ceticismo antigo, nesta forma que teria sido iniciada por Pirro de Elis, seria, assim, mais que uma doutrina filosófica, uma maneira de viver. Na modernidade, ceticismo é o ato de duvidar ou o conjunto de dúvidas formuladas sobre tal ou qual assunto. Principalmente a partir de Charron e seu método da dúvida, o ceticismo torna-se uma etapa a ser enfrentada na construção do conhecimento. Parte-se da dúvida para chegar – ou não – a alguma certeza. Ou seja, na modernidade o ceticismo passa a ser essencialmente epistemológico, enquanto que na antiguidade, pretende ser uma forma de viver. (Marcondes, 2007b; 1997)

Grande parte da modernidade – Hume inclusive – e também já alguns opositores antigos compreendem o encadeamento “suspensão do juízo, ataraxia e eudaimonia”, como uma espécie de suspensão perpétua do juízo, estado em que o cético poderia viver tranquilamente, livre até mesmo das atribulações cotidianas. Daí a sempre repetida questão sobre a possibilidade de se viver o ceticismo na prática e as histórias anedóticas sobre Pirro de Élis narradas por Diógenes Laércio, segundo as quais Pirro, não podendo aceitar qualquer coisa como verdadeira ou real, precisava contar com a ajuda de amigos para se guiar nas mais simples atividades cotidianas, como por exemplo, para que não fosse atropelado ou não caísse num abismo enquanto andava pelas ruas. É claro que se trata de um exagero compreender o ceticismo dessa forma. Diversas passagens das principais fontes sobre o ceticismo antigo deixam claro que nada impõe ao cético a incapacidade ou impossibilidade de agir ou tomar coisas por existentes tal qual elas aparecem no dia-a-dia, como por exemplo: “Aqueles que afirmam que o cético rejeita o aparente não prestaram atenção ao que dissemos” (Sexto Empírico, 1997, p. 3), “o cético dá assentimento a sensações que são o resultado necessário de impressões sensíveis, e ele não dirá, por exemplo, quando sente calor ou frio, ‘Não creio estar com calor (ou frio)’” (Sexto Empírico, 1997, p. 2).

Por outro lado, não podemos negar que algumas passagens se prestam a esta confusão, principalmente no que concerne à suspensão do juízo, que levaria à tranquilidade, ou mais



ainda: à imperturbabilidade e à felicidade. Sendo assim, o ceticismo se constituiria como um fundamento real e seguro, não para o conhecimento, mas para a própria vida, um fundamento ético. Como, por exemplo, nas passagens: “A motivação fundamental que leva ao ceticismo é seu objetivo de atingir a tranqüilidade” (Sexto Empírico, 1997, p. 2) e “a finalidade do cético é a tranqüilidade em questões de opinião e a sensação moderada quanto ao inevitável” (Sexto Empírico, 1997, p. 4). “O cético” poderia, então, repousar tranquilo sobre este ponto de suspensão do juízo, imune aos tormentos vãos das paixões e preocupações humanas, ou então, sentido-os apenas de forma “moderada”. Ora, como, segundo Hume, a experiência prova o contrário, o ceticismo enquanto fundamento ético seria refutado pela própria vida e a “imperturbabilidade” seria apenas um conceito não-verificável na experiência, tão exposto à crítica quanto qualquer outro. Deixando de lado a interpretação exagerada e equivocada da modernidade sobre o ceticismo antigo, bem como certas imprecisões históricas da interpretação moderna como a confusão entre ceticismo pirrônico e acadêmico e a impessoalização dos céticos numa figura enigmática sempre citada como “o cético”, podemos, no entanto, indicar que o ceticismo antigo se pretendia como um estilo de vida, dando-se como fundamento ético para uma vida tranquila e moderada.

É com estas três saídas diante de um impasse cético – a cristã, a racionalista e a antiga – que Hume vai dialogar até que formule a sua. O próprio Hume, como sabemos, elabora uma filosofia radicalmente cética, chegando a pôr em dúvida qualquer possibilidade de conhecimento verdadeiro. Tudo o que temos é a experiência imediata. Qualquer tentativa de nomeação, descrição, explicação, ou organização desta experiência, seria pura produção de ficção. Não há, inclusive, qualquer critério para distinguir ficção de realidade, visto que a única diferença entre aquilo que consideramos real e aquilo que consideramos fictício é a crença. Crença, que por sua vez, é simples resultado do hábito e das inclinações e paixões. O máximo de certeza que podemos ter é a probabilidade.

Hume não podia recorrer à revelação do Deus cristão como saída, visto que, a esta altura, já estando o cristianismo aberto ao questionamento, a própria idéia de Deus é submetida à argumentação cética. “A idéia de Deus, significando o Ser infinitamente inteligente, sábio e bom, nasce da reflexão sobre as operações de nosso próprio espírito, quando aumentamos indefinidamente as qualidades de bondade e de sabedoria” (Hume, 1999a, p. 37). Tampouco encontrou no sujeito cartesiano uma verdade irrefutável, não vendo problema em que houvesse dúvida sem precisar da existência de alguém que duvide. Investigando a existência do sujeito, Hume chega à seguinte conclusão: “As paixões e sensações se sucedem umas às outras e não podem existir jamais a um mesmo tempo. Não

podemos, então, derivar a idéia de eu de uma destas impressões e, por consequência, não existe tal idéia” (Hume, 2001, p. 190). Qualquer outra certeza intelectual do mesmo tipo teria de passar pelo crivo dos mesmos argumentos céticos e não resistiria.

No entanto, Hume não acredita na possibilidade de se manter permanentemente, ou mesmo por muito tempo, neste estado de ceticismo radical. Ele observa que tão logo as necessidades e as relações cotidianas se apresentam, nossas paixões se agitam, julgamos, cremos, tomamos uma série de coisas como realidades inquestionadamente, nos preocupamos e sofremos com problemas que com o mínimo de reflexão se provariam fúteis.

Como, jogo uma partida de xadrez, converso, me divirto com meus amigos, e quando depois de três ou quatro horas de diversão volto a estas especulações, me parecem tão frias, violentas e ridículas, que não me sinto com ânimo de penetrar mais adiante nelas. (Hume, 2001, p. 202)

Em sua vida cotidiana, portanto, “o cético” se perturba como qualquer outra pessoa. Nas palavras de Hume: “Aqui, então, me encontro absoluta e necessariamente determinado a viver, falar e atuar como o resto das pessoas nos assuntos diários da vida” (Hume, 2001, p. 202). Esta constatação, porém, em nossa visão, não representa uma objeção ao ceticismo. Pelo contrário, trata-se antes da manutenção de uma posição cética, uma vez que põe em dúvida o próprio ceticismo como fundamento seguro para uma vida tranquila. Hume observa que há uma espécie de inclinação, um instinto natural de crença, que nos faz tomar, naturalmente, ficções por realidades, o que nos leva a um inevitável envolvimento apaixonado com uma série de questões cotidianas.

já que a razão é incapaz de dissipar estas nuvens, a natureza por si mesma se basta para este propósito e me cura desta melancolia e delírio filosófico, já relaxando esta tendência do espírito ou já por alguma chamada ou impressão vivaz de meus sentidos, que faz esquecer estas quimeras. (Hume, 2001, p. 202)

Não há, nem pode haver, portanto, algo como uma “vida tranquila”, quanto mais “imperturbável”.

Uma vez que os cétricos abandonam as sombras e se defrontam com os mais poderosos princípios de nossa natureza – decorrentes da presença dos objetos reais – que movem nossas ações e sentimentos, seus princípios desvanecem como fumaça e equiparam o mais resoluto cético ao mesmo nível de outros mortais (Hume, 1999a, p. 149)

Mas, afinal, porque então nos dedicarmos à filosofia cética? Ora, porque é muito difícil nos atermos durante todo o tempo somente às coisas e acontecimentos de nosso dia-a-dia. Em algum momento sentimos necessidade de descrevê-los, explicá-los, e é nesse momento que, se não tivermos atenção, corremos o perigo de cair na superstição, imaginar seres incríveis e causas fantásticas para os eventos.

Já que é quase impossível para o espírito humano permanecer, como o dos animais, dentro do estreito círculo de objetos que são o assunto da conversação e ação diária, podemos somente deliberar com respeito à eleição de nossa guia e devemos preferir a mais segura e mais agradável. Neste respeito me atrevo a recomendar a filosofia, e não experimento escrúpulo algum em dar-lhe preferência sobre a superstição, de qualquer gênero ou denominação que seja. (Hume, 2001, p. 203)

E entre as diversas linhas filosóficas, só o ceticismo nos protege contra os preconceitos e as vaidades da razão. Já a superstição de qualquer tipo, além de produzir ficções absurdas que se querem como teorias explicativas válidas, ainda “enraiza-se mais poderosamente no espírito e freqüentemente é capaz de nos perturbar na conduta de nossas vidas e ações” (Hume, 2001, p. 203).

Com esta concepção, Hume utiliza o próprio ceticismo para não permitir que sua filosofia caia na precipitação ou na presunção, o que fatalmente ocorreria caso assumisse precipitada e presunçosamente que suas reflexões seriam capazes de nos livrar de toda perturbação cotidiana, quando a experiência nos mostra que não é assim que acontece. Reconhece, então, que o filósofo

vê sua verdade, mas é incapaz de senti-la suficientemente, e consegue ser um filósofo sublime enquanto não sentir necessidades, isto é,

enquanto nada o perturba ou desperta suas paixões. Enquanto são os outros que estão em jogo, espanta-se com seu ardor e entusiasmo, mas, quando é ele que está em jogo, é geralmente transportado pelas mesmas paixões que tanto condenava quando era simples espectador (Hume, 1999b, p. 188)

Ao invés de se perder nos vôos longínquos da imaginação, a Filosofia, regulada por um rigoroso ceticismo, deve tratar justamente da vida cotidiana:

A imaginação humana, sublime por natureza, deleita-se com tudo que é remoto e extraordinário, e ela corre, sem controle, pelas mais longínquas regiões do tempo e do espaço, visando assim a evitar os objetos que o costume lhe tem tornado demasiado familiares. Um juízo correto observa um método contrário e, evitando todas as investigações longínquas e elevadas, limita-se à vida diária e aos objetos compreendidos pela prática e experiência cotidianas, reservando os temas mais sublimes ao embelezamento dos poetas e dos oradores, ou à arte dos sacerdotes e dos políticos. Para chegarmos a uma decisão tão salutar, nada pode ser mais útil do que nos convencer de vez da força da dúvida pirrônica e da impossibilidade de que algo pode libertar-nos dela, exceto o forte poder do instinto natural. Aqueles que têm propensão para a filosofia continuarão ainda suas pesquisas, porque refletem que, além do prazer imediato que acompanha tal ocupação, as decisões filosóficas nada mais são do que reflexões sobre a vida cotidiana, metodizadas e corrigidas. Contudo, jamais tentarão extravasar da vida cotidiana, contanto que considerem a impressão das faculdades que empregam, seu alcance reduzido e a imperfeição de suas operações. (Hume, 1999a, p. 152)

A posição naturalista de Hume não constitui uma objeção ao ceticismo, antes confirma-o, não permitindo que o próprio ceticismo se torne um fundamento ético verdadeiro. Além do mais, ceder aos instintos naturais não é uma escolha, é algo que simplesmente acontece. Estes mesmos instintos também não funcionam como fundamento para o conhecimento, portanto, em sua filosofia, “ceticismo e naturalismo não são incompatíveis, já que o apelo à natureza, ou seja, nossos impulsos naturais não é uma forma de fundamentar o conhecimento, mas apenas de descrevê-lo” (Marcondes, 2007a, p. 189).

Assim, o ceticismo de Hume dobra-se sobre si mesmo, é capaz de se olhar no espelho e questionar-se a si mesmo, não deixando nenhuma saída, nenhuma verdade, nenhuma solução, nenhum fundamento verdadeiro para o conhecimento ou para a vida.

A natureza nos coloca a necessidade absoluta e incontrolável de julgar, da mesma forma que somos compelidos a respirar e a sentir. Essa necessidade não faz superar o ceticismo, mas é nossa maneira de conviver com ele, à margem de qualquer fé que não seja naturalística ou animal (Popkin, 1996 p. 7).

Bibliografia

DESCARTES, René. *Meditações (Coleção Os Pensadores)*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000

HUME, David. *Ensaio sobre o entendimento humano (Coleção Os Pensadores)*. São Paulo: Nova Cultural, 1999a

_____. *Tratado da Natureza Humana*. Albacete: Libros en la red, 2001

_____. *O cético. (Coleção Os Pensadores)*. São Paulo: Nova Cultural, 1999b

POPKIN, R. H. *Ceticismo*. Textos organizados por Emilio Eigenheer. Niterói: EdUff, 1996

MARCONDES, Danilo. *Iniciação à história da filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007a

MONTAIGNE. *Ensaaios (Coleção Os Pensadores)*. São Paulo: Abril, 1972

Artigos:

MARCONDES, Danilo. *A tradição cética*. Inédito, s/d

_____. *Juízo, suspensão do juízo e filosofia cética*. SKEPSIS, Ano I, no 1, 2007b

_____. *O mundo do homem feliz: considerações sobre ceticismo e valores*. O que nos faz pensar, no 12, setembro de 1997



POPKIN, Richard. *Ceticismo moderno*. Artigo publicado originalmente in: Dancy, Jonathan e Sosa, Ernest (org) *A Companion to Epistemology. Blackwell Companion to Philosophy*, 1997. pp. 462-464. Tradução: Jaimir Conte.

Sexto Empírico. *Hipotiposes Pirrônicas – Livro 1. Tradução: Danilo Marcondes*. O que nos faz pensar, no 12, setembro de 1997

STROUD, Barry. *O ceticismo de Hume: instintos naturais e reflexão filosófica*. SKEPSIS, Ano II, no 3 – 4, 2008